

PROJETO DE LEI Nº 07/2025

(Redação Final)

Dispõe sobre alteração dos incisos I e V do art. 14 da Lei Municipal nº 2.204, de 03 de fevereiro de 1989

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica alterado o inciso I do art. 14 da Lei 2.204, de 03 de fevereiro de 1989, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. (...)

I – na transmissão, aquisição ou cessão por escritura pública, 15 (quinze) dias antes de sua lavratura, independentemente do local onde situado o Cartório de Notas que a lavrar.”

Art. 2º. O inciso V do art. 14 da Lei nº 2.204, de 03 de fevereiro de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 (...)

V – na aquisição por escritura lavrada fora e dentro do Município de Itaúna, dentro de 15 (quinze) dias após o ato.”

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna/MG, 15 de janeiro de 2025.

José Humberto Santiago Rodrigues
Vereador

JUSTIFICATIVA

A atual redação do art. 14 da Lei Municipal nº 2.204, de 1989, que ora se pretende alterar, não só ofende o princípio da isonomia, como também beneficia a arrecadação tributária de Municípios diversos em detrimento da arrecadação tributária do Município de Itaúna.

Ofende a isonomia, pois trata os Cartórios de Notas situados na cidade de Itaúna de forma diversa daqueles localizados em cidades outras, sem justificativa plausível. Com a inovação tecnológica e a adoção de novas práticas administrativas, hodiernamente as guias de arrecadação de ITBI são emitidas junto ao sítio eletrônico mantido pela Prefeitura Municipal de Itaúna na rede mundial de computadores, cujo acesso se consegue a partir de qualquer lugar do planeta que disponibilize serviço de internet. Ou seja, não mais se faz necessário o comparecimento pessoal do contribuinte na sede da prefeitura municipal para que a guia de arrecadação seja expedida.

Destarte, se antigamente havia justificativa razoável a autorizar a diferenciação de prazo de pagamento do imposto de transmissão de bens imóveis a contar do local onde passada a escritura pública de compra e venda (se em Itaúna, antes de sua lavratura e, se fora dos limites do Município, em até 30 dias após sua lavratura, pois se considerava que o contribuinte deveria se deslocar de cidade para conseguir a emissão da guia de arrecadação), nos dias de hoje tal premissa deixou de existir.

Logo, a manutenção da redação do art. 14 da citada Lei, sobretudo de seus incisos I e V, não mais se faz razoável e justificável.

Demais disso, notório é que toda escritura pública lavrada, como se enquadra no conceito de prestação de serviços, é fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

E, se assim o é, nenhum sentido faz a lei municipal outorgar benefício a contribuinte que utiliza serviços de Cartórios localizados em cidades outras, alongando o prazo de vencimento do ITBI, em detrimento dos contribuintes que se valem dos serviços prestados pelos Cartórios de Itaúna, exigindo daqueles o prévio pagamento do referido imposto, haja vista que, quanto mais escrituras públicas forem lavradas nos Cartórios daqui, maior será a arrecadação tributária municipal.

De outro lado, quanto mais escrituras públicas que tenham por objeto a transmissão de imóveis situados em Itaúna forem lavradas fora dos limites do Município, menor será a

arrecadação municipal, dado que o ISSQN será recolhido em favor da cidade onde está localizado o Cartório emissor da escritura.

Por fim, ainda há o ângulo da facilitação da fiscalização tributária. Isso porque, como cediço, torna-se muito mais fácil aos fiscais tributários municipais fiscalizar atos praticados nos serviços cartorários prestados em Itaúna, do que fiscalizar atos efetivados em cartórios distantes centenas ou milhares de quilômetros de nossa cidade.

Nesse contexto, a atualização da lei municipal supracitada, em especial de seu art. 14, que trata do prazo de pagamento do ITBI, é medida justa e adequada, por concretizar o princípio da isonomia, constitucionalmente previsto, e, ainda, por ter força para ensejar o aumento da arrecadação tributária municipal.

Por todo o exposto, aguardo a tramitação regimental e o apoio dos nobres colegas na aprovação deste Projeto de Lei.

Itaúna, 15 de janeiro de 2025.

José Humberto Santiago Rodrigues

Vereador